

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História

Rodrigo Cavalcante de Araújo

O bairro e histórias suburbanas como estratégia pedagógica:
uma percepção sobre a potencialidade das histórias regionais de
Realengo, Bangu e Santa Cruz no ensino de História

Rio de Janeiro
2020



Rodrigo Cavalcante de Araújo

O bairro e histórias suburbanas como estratégia pedagógica:

uma percepção sobre a potencialidade das histórias regionais de Realengo, Bangu e Santa Cruz no ensino de História

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Ferreira de Castro.

Rio de Janeiro

2020

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

A663 Araújo, Rodrigo Cavalcante de

O bairro e histórias suburbanas como estratégia pedagógica: uma percepção sobre a potencialidade das histórias regionais de Realengo, Bangu e Santa Cruz no ensino de História / Rodrigo Cavalcante de Araújo. - Rio de Janeiro, 2020.
62 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: João Henrique Ferreira de Castro.

1. História – Estudo e ensino. 2. Regionalismo. 3. Zona Oeste (Rio de Janeiro, RJ). 4. Espaço e tempo. I. Castro, João Henrique Ferreira de. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 907

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Rodrigo Cavalcante de Araújo

O bairro e histórias suburbanas como estratégia pedagógica:

Uma percepção sobre a potencialidade das histórias regionais de Realengo, Bangu e Santa Cruz no ensino de História

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Aprovado em 25 de Agosto de 2020

Comissão examinadora

Prof. Dr. João Henrique Ferreira de Castro – Orientador
EEH/ Colégio Pedro II

Prof. Dr. Wilmar da Silva Vianna Junior
Universidade Castelo Branco

Prof. Me. Valesca de Souza Almeida
EEH/ Colégio Pedro II

*Dedico este trabalho aos meus pais, irmão, namorada,
amigos e professores, pois cada um de vocês ajudou a
formar a pessoa que sou hoje.*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente e mais importante, expressando minha eterna gratidão e amor aos meus pais: Marilene Cavalcante da Costa e Zacarias Feitosa de Araújo, meu irmão, William Cavalcante de Araújo, e minha namorada, Lucimar Cardoso Souza da Costa, por serem verdadeiramente a minha base, a minha razão de vida e conquistas. Simplesmente, palavras não serão capazes de expressar meus sentimentos por vocês.

Quero agradecer, também, a todos os professores do quadro docente da pós-graduação em ensino de História do Colégio Pedro II, por todos os conhecimentos e companheirismo construídos durante todo o meu percurso nesta honrosa instituição de ensino, em especial ao professor João Henrique, ao qual seus ensinamentos certamente irei levar comigo por toda minha carreira profissional, e ao professor Wilmar Vianna, meu professor e orientador de graduação durante minha formação acadêmica na Universidade Castelo Branco e que aceitou meu convite para minha banca nessa nova fase. Quero também agradecer a toda turma do ano de 2019, pelo companheirismo e amizade construídos ao longo das aulas, percursos e transtornos no retorno aos nossos lares, em especial a Alaeverton Maicon Andrade e Gabriella Dias, pelos bons momentos vividos ao longo de nossa jornada acadêmica.

A todos os citados, minha eterna gratidão e respeito.

*Não deixe para amanhã, o que você pode fazer hoje,
experimente, tente, viva o diferente hoje.*

Francesca Moraes

RESUMO

ARAÚJO, Rodrigo Cavalcante. **O bairro e histórias suburbanas como estratégia pedagógica:** uma percepção sobre a potencialidade das histórias regionais de Realengo, Bangu e Santa Cruz no ensino de História. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2020.

As aulas de História, em toda a segmentação da educação básica brasileira, podem ser percebidas como um grande conglomerado de percepções sobre eventos acontecidos em datas e locais específicos, distantes do tempo presente e conduzidos por conhecidas personalidades históricas presentes e consolidadas no imaginário da população brasileira. Este tipo de ensino, muitas vezes voltado na estratégia da repetição e decoração para as provas e vestibulares, transmitem aos estudantes pouca ou quase nenhuma identificação com o que aprendem, leem ou pesquisam. Sob esta circunstância, buscar formas de construir e debater estratégias pedagógicas diferenciadas, compreendendo algo que ligue o que é ensinado dentro de sala de aula com o ambiente externo dos muros escolares pode ser uma estratégia interessante. Desta forma, buscar acrescentar ao conteúdo escolar de História um estudo que tenha como ponto de partida o cotidiano, o espaço social de convivência e sociabilidade, ao qual se procure exercitar a percepção sobre as origens das principais estruturas e características dos bairros escolares e populares durante o passado e hoje, criando a percepção de sujeito e tempo históricos, dois conceitos intimamente relacionados nos processos históricos, potencializa o sentido do estudo escolar. Sob esta perspectiva de intervenção pedagógica, busca-se formar o estudante que deixa de ser apenas um observador da janela do passado para um sujeito atuante dentro da temporalidade de sua própria História e de sua comunidade social e consciente de sua atuação como sujeito histórico de seu tempo, percebendo a sua influência e importância na formação do próprio espaço-tempo de sua comunidade social.

Palavras-chave: Ensino de História. Regionalismo. Tempo e espaço. Zona oeste. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

ARAÚJO, Rodrigo Cavalcante. **The neighborhood and suburban stories as a pedagogical strategy**: a perception of the potential of the regional stories of Realengo, Bangu and Santa Cruz in the teaching of History. 2020. Specialization in History Teaching - Dean of Graduate Studies, Research, Extension and Culture, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2020.

History classes, in all the segmentation of Brazilian basic education, can be perceived as a great conglomerate of perceptions about events happening in specific dates and places, distant from the present time and conducted by well-known historical personalities present and consolidated in the imaginary of the Brazilian population. This type of teaching, often focused on the strategy of repetition and decoration for exams and vestibulars, transmit to students little or no identification with what they learn, read or research. Under this circumstance, seeking ways to build and debate differentiated pedagogical strategies, understanding something that links what is taught inside the classroom with the external environment of the school walls can be an interesting strategy. In this way, seeking to add to the school content of History a study that has as its starting point the daily life, the social space of coexistence and sociability, to which one tries to exercise the perception about the origins of the main structures and characteristics of the school and popular neighborhoods during the past and today, creating the perception of historical subject and time, two concepts closely related in the historical processes, potentiates the sense of school study. Under this perspective of pedagogical intervention, it seeks to form the student who ceases to be just an observer of the window of the past to an active subject within the temporality of his own History and of his social community and aware of his performance as the historical subject of his time, perceiving his influence and importance in the formation of his own space-time social community.

Keywords: History teaching. Regionalism. Time and space. West zone. Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.	11
2 A HISTÓRIA REGIONAL E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO.	14
3 UM BREVE ENSAIO HISTÓRICO: OS CASOS DE REALENGO, BANGU E SANTA CRUZ	16
3.1 Terras Realengas ou Real Engenho?	20
3.2 Quando a fábrica cria um bairro.	22
3.3 As Terras Jesuíticas/ Reais/ Imperiais e Nacionais de Santa Cruz	25
4 INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS	32
4.1 A Proposta Pedagógica: Qual História o subúrbio tem a nos ensinar e acrescentar?	32
4.2 A Metodologia	33
4.3 A Feira Pedagógica Escolar	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
ANEXO A – IMAGENS EXPOSITIVAS DA FEIRA PEDAGÓGICA.....	50

1 INTRODUÇÃO

“A chamada História Geral do Brasil, onde emergem os grandes feitos dos grandes homens, não dava lugar e voz ao homem comum que no seu espaço de vivência social (bairro, comunidade, município, estado e região) produz História, a partir das experiências de vida cotidiana” (FERNANDES. 1995, p 5).

Desde a redemocratização da política nacional, ocorrida em meados da década de 1980 após 21 anos do golpe da ditadura civil-militar, alguns dos principais campos sociais que sofreram maiores transformações e remodelações durante o citado período e nas últimas décadas foram os campos pedagógicos, principalmente no que se diz respeito ao ensino da disciplina de História. O período da ditadura civil-militar (1964 – 1985) foi, segundo as observações dos historiadores Elison Antonio Paim e Vanessa Picolli, um período de tentativas contínuas de desestruturação do ensino crítico como uma política de Estado, como mostra o seguinte trecho:

Assim, tentou-se assegurar o mínimo de conteúdo dentro de cada matéria. Afinal, os conteúdos que formam os denominados estudos sociais foram bastante generalizantes. E, as especificidades da História quase desapareceram, pois era essa justamente a intenção daqueles que detinham o poder, destruir o ensino de História como possibilidade de reflexão, colocando em seu lugar um conjunto de conteúdos que visavam o controle da população. (PAIM; PICOLLI, 2007, p 4).

O trecho acima demonstra que, durante o período dos governos militares, buscou-se ativamente afetar as organizações e estruturas pedagógicas do país como forma de remodelação da área para os interesses do regime. Buscou-se intensificar e valorizar o ensino técnico profissionalizante afim da educação se tornar um forte e essencial setor para o projeto desenvolvimentista do governo e foram reduzidos ao mínimo os conteúdos relacionados às ciências sociais, importantes no que se diz respeito à reflexão crítica da sociedade.

As propostas pedagógicas dos governos militares uniram as diferentes áreas do conhecimento social (História, Geografia, Filosofia e Sociologia) em uma única matéria, Estudos Sociais. Desta forma, conduziu-se ao mínimo o ensino e as especificidades das quatro matérias citadas anteriormente, além de generalizá-las. Em contrapartida, incrementou-se durante o mesmo período a disciplina conhecida como Moral e Cívica, a qual buscava ensinar nas escolas nacionais a doutrinação e a ideologia do governo instaurado pelos militares. Tais propostas pedagógicas sofreram resistência significativa por parte dos docentes das áreas das humanidades, sendo estes no geral os responsáveis por

administrarem a nova disciplina. Enquanto isso, muitos desses seguiram buscando também enfrentar a desestruturação das ciências sociais como política de Estado.

Com a redemocratização, em 1985, houve uma inversão de panorama na área pedagógica e sob a volta da democracia, as áreas sociais ganharam forte valorização na grade escolar em comparação ao regime militar. Buscou-se desenvolver as áreas sociais a fim de prepararem a sociedade para um regime democrático e para os debates sobre cidadania, direitos humanos, participação democrática, entre outros assuntos de suma importância. Porém, como ressaltam os historiadores citados anteriormente, essas iniciativas encontraram dificuldades para serem alcançadas: os tempos escolares curtos, a evasão escolar e a falta de interesse dos estudantes se mostraram pontos críticos para esses objetivos.

Sob estas perspectivas, docentes buscam diversas formas e estratégias pedagógicas a fim de captarem a atenção e facilitar o aprendizado de seus estudantes. No ramo da disciplina de História, uma das estratégias em questão é a História local e regional como ferramenta pedagógica, campo de significativo interesse nesse presente texto. Nos mais diversos cursos e especializações em ensino de História, um tema recorrente nas mesas de debate é a aproximação do conteúdo escolar da vida cotidiana dos estudantes, dando-lhes uma visão mais imediata e útil para o aprendizado dentro das salas de aula e também para a sua vida como cidadão fora dos muros escolares. A História regional, por sua vez, tem se mostrado um instrumento para esses objetivos, como afirma o historiador Luiz Carlos Borges:

Por esta ótica, nota-se a importância do estudo da História Regional e Local no universo historiográfico brasileiro, uma vez que ela aproxima o historiador do seu objeto de estudo. A narrativa deixa de ser fundamentada em temas distantes para se incorporar aos fenômenos históricos da região, conseqüentemente do município. Passa existir a construção de uma história plural, sem qualquer tipo de preconceito e os excluídos passam a ter voz. O passado se torna mais imediato. (BORGES, 2015, p 96).

Outra observação importante para tal prática de ensino é a pluralidade de temas possíveis de serem trabalhados, dando mais autonomia para os professores de localidades distantes das grandes metrópoles nacionais (Rio de Janeiro – São Paulo) muitas vezes detentoras de boa parte dos conteúdos históricos de uma grade curricular tradicional.

Pode-se observar esse argumento também nas citações abaixo dos historiadores Angela Maria Gomes, Luiz Carlos Borges e José Ricardo Fernandes. Enquanto Gomes apresenta a centralidade do ensino histórico baseado na história de São Paulo, Borges e

Fernandes destacam a importância e as possibilidades do estudo da história regional baiana e cearense, respectivamente:

A História de São Paulo se confundiria ou se transformaria assim no “modelo” para a História do Brasil republicano, gerando desdobramentos simplificadores por um lado, mas estimuladores por outro, já que é a reação a esse “domínio” que boa parte dos novos estudos regionais vem se desenvolvendo. (GOMES, 1990, p 212).

Na verdade, o conteúdo de História estudado na escola básica deveria ser menos mecânico e mais aplicável a um significado de vida para os estudantes. Geralmente estudamos as características do rio São Francisco, mas não mencionamos a importância histórica que teve o rio Paraguaçu para a economia do Recôncavo Baiano, uma vez que boa parte do abastecimento da cidade de Salvador até o século XIX era feita através do porto da cidade de Cachoeira. Falamos da história econômica do Brasil, enfatizando muito a cana-de-açúcar e o café, porém omitimos a importância do tabaco para a nossa região, pois o charuto fabricado pela Suerdik em Cruz das Almas até a década de 1970, era considerado o segundo melhor do mundo, perdendo apenas para o cubano, uma vez que esta fábrica produzia cerca de 200 milhões deste produto por ano, artigo requintado da burguesia e que não faltava também nos meios populares, propiciando grandes incrementos à indústria e comércio do fumo baiano (BORGES, 2013, p. 3).

“Na sala de aula, nossos alunos estudam as influências dos rios Nilo, Tigre e Eufrates no desenvolvimento das sociedades do antigo Oriente e desconhecem, muitas vezes, a importância dos rios Jaguaribe e Acaraú como vias de penetração e povoação do espaço cearense, com a instalação de fazendas de criar e oficinas de carne às suas margens, que deram origem aos primeiros núcleos urbanos e vilas, durante o período colonial. Aprendem também, nos livros didáticos de História Geral, que a revolução industrial ocorreu pioneiramente na Inglaterra e, no entanto, não sabem que grande parte dos teares ingleses foram abastecidos pelo algodão cearense que, produzido no interior do Estado do Ceará, era exportado via Fortaleza, sendo responsável, em parte, pela hegemonia político-econômica da capital cearense, a partir de meados do século passado” (FERNANDES, 1995, p 45).

Dessa forma, buscar trazer a história regional para dentro dos conteúdos escolares pode ser uma estratégia interessante no quesito de aproximar a História da vida dos estudantes, construindo progressivamente no alunato a percepção de que a disciplina não é formada somente por fatos do passado e por figuras históricas específicas de destaque, como se acredita popularmente em um ensino positivista. Mais que isto, estes saberes demonstram a possibilidade de construção da percepção do indivíduo como sujeito histórico, um produto e produtor de seu tempo e também um formulador do futuro, com a história regional contribuindo para uma formação mais ampla e crítica de sua própria realidade por parte dos educandos.

2 A HISTÓRIA REGIONAL E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO

A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia mais imediata do passado. Ela é encontrada dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos (SAMUEL, 1990, p. 220, p 4).

O historiador Raphael Samuel menciona o trecho acima, logo nos parágrafos iniciais de seu artigo sobre ensino de história local, sendo icônico e uma referência que aparece com frequência em artigos acadêmicos relacionados à assuntos voltados à história local e oral. O trecho destacado apresenta uma ótima observação sobre o trabalho docente, a saber, a existência de uma infinidade de fontes e percepções disponíveis aos historiadores e professores que tenham a capacidade de perceber a história presente nos pequenos gestos do cotidiano. Possibilidade também percebida por Luiz Carlos Borges em seu artigo “A importância do estudo de história local e regional no ensino fundamental”.

Por esta ótica, nota-se a importância do estudo da história regional e local no universo historiográfico, uma vez que ela aproxima o historiador do seu objeto de estudo. A narrativa deixa de ser fundamentada em temas distantes para se incorporar aos fenômenos históricos da região, conseqüentemente do município. Passa existir a construção de uma história plural, sem qualquer tipo de preconceito e os excluídos passam a ter voz. O passado se torna mais imediato. (BORGES, 2015, p 2).

Muitas vezes, de forma naturalizada e até mesmo cristalizada, a população brasileira pode geralmente perceber os estudos históricos como um aprendizado baseado apenas no conhecimento de datas comemorativas, além da memorização de acontecimentos comandados por atores históricos bem conhecidos, tais como Dom Pedro I e II, Dom João VI, Pedro Álvares Cabral, Princesa Isabel, Zumbi dos Palmares, Getúlio Vargas, Tiradentes, etc.

Para muitos, esses seriam os selecionados imortalizados da História, os que realmente importam serem lembrados e estudados, tornando essa matéria uma narrativa de pessoas seletas e destacadas, na qual o restante da população se mostra impotente e pouco relevante dentro das narrativas. Essa forma de percepção da História pode ser em parte explicada devido à falta de desenvolvimento apropriado de tal matéria pelos professores em nossas escolas, com tempos curtos para conteúdos extensos. No entanto, também pode ser expoente de tal mentalidade o desinteresse de boa parcela dos estudantes no conteúdo, percebido muitas vezes como distante e desconexo com sua temporalidade.

Sob estas perspectivas, aproximar as matérias históricas do cotidiano do alunato e de sua comunidade pode ser uma estratégia interessante, buscando trazer ligações dos temas abordados com as atualidades, questões e tradições sociais existentes em um país marcadamente desigual como o Brasil, entre outras temáticas de suporte. Assim como também cita o historiador Raphael Samuel, buscar aproximar a História à vida dos estudantes e de suas famílias tende a despertar interesse e inquietação, pois tais temas estão diretamente relacionados à trajetória e origem do sujeito e de seus antepassados com questões baseadas em funções profissionais, sociais e origens regionais dos parentes podendo ser esclarecidas ao longo dos rumos históricos tomados pelo país.

Samuel também cita a importância da História oral como forma de ampliação das fontes históricas para além dos documentos oficiais, como registros de cartórios, transferências comerciais e registros de batismo, casamento e óbito, que quase sempre restringem suas informações à esfera estatal e de outras instituições de poder, tornando-os quase sempre monótonos, quantitativos e repetitivos, além de se restringirem apenas aos interesses dos mesmos.

A implementação de outras fontes de análise, como prédios históricos existentes nos bairros, pesquisas sobre os nomes das ruas locais, cartas pessoais de diferentes épocas e relatos orais de idosos e dos parentes dos estudantes, são formas paralelas aos documentos oficiais de se perceberem as influências de determinado período histórico sobre seus agentes e atores: patrimonialismo, sentimentos, crises, expectativas, euforias e críticas são alguns dos aspectos que podem muito bem introduzir o panorama vivido pelas populações dentro dos conteúdos históricos abordados em sala de aula, além de incentivar a consciência para a preservação e divulgação dos patrimônios históricos dos bairros e cidades através da informação e educação.

Dessa forma, o conteúdo parte do concreto para o abstrato, do cotidiano e da rua para a sala de aula, apresentando ao alunato um novo ângulo para os estudos históricos: o de sua própria história. Sob estas perspectivas, busca-se desconstruir a História como um espaço restrito aos grandes e seletos atores históricos, derrubando o arame farpado que divide e segrega o que precisa ser ou não lembrado pela população de sua própria atuação e trajetória.

3 UM BREVE ENSAIO HISTÓRICO: OS CASOS DE REALENGO, BANGU E SANTA CRUZ

Gostaria de iniciar este tópico mencionando uma pequena experiência pessoal que é relacionada à temática em debate e questão neste artigo. Desde o início de minha formação profissional como docente em História, sempre tive grande interesse pela formação histórica da cidade do Rio de Janeiro, desde os primórdios de sua fundação com os indígenas tupinambás, franceses e portugueses na região da Baía de Guanabara até o seu período como capital federal da República brasileira, sob o longo governo de Getúlio Vargas.

Como um grande apreciador da história desta cidade, pude perceber que boa parte do enorme patrimônio histórico e espaços culturais do Rio de Janeiro estão concentrados, especialmente, nas regiões central e sul da cidade, as quais praticamente monopolizam aparelhos culturais como museus, teatros, exposições de artes e shows.

Fato interessante, contudo, é que em termos de importância histórica, a região oeste é também muito importante para entender a formação da cidade do Rio de Janeiro. As antigas sesmarias que se formaram onde se localiza a atual zona oeste da cidade datam do mesmo período do início da ocupação da atual região central e foram de grande importância para questões de abastecimento e ligação da cidade com outras localidades da colônia. Ainda assim, a importância histórica da região é segregada e ofuscada quando posto em comparação com a preservação e conhecimento da história do centro do Rio. Uma reportagem feita pelo portal R7 aponta que segundo o Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), dos 128 museus públicos e privados da cidade cadastrados na rede da instituição, 88 estão localizados nas zonas sul e central do Rio. Enquanto isso, apenas 40 museus se encontram em outras áreas do município, menos de 32% do total.

Diante deste panorama, os cidadãos que residem em áreas distantes das regiões mencionadas encontram as mais adversas dificuldades devido à distância caso desejem ter acesso a estes meios culturais, seja pela rotina de trabalho que se alinha com os horários de funcionamento destes espaços, seja pela baixa oferta de transportes dos subúrbios da cidade em direção a estas regiões nos finais de semana.

Sob esta perspectiva, o cidadão suburbano é limitado de diversas formas no acesso a meios culturais que envolvam a História de sua própria cidade, e se levarmos em conta as próprias regiões suburbanas, o panorama se torna mais complicado, com a ausência ou pouca oferta de espaços e aparelhos culturais que sejam destinados a uma exibição histórica ou cultural

dos bairros em questão. Este diagnóstico é corroborado pelo professor de Geografia Leon Dinis, na mesma reportagem anteriormente citada, através da afirmação:

Um dos motivos destacados pelo professor de Geografia, Leon Dinis, é a centralização dos meios culturais no centro e na zona sul da cidade, o que dificulta o alcance da população de outras zonas e da Baixada Fluminense nesses locais. “Desde a criação do Rio de Janeiro em 1530, a cidade foi sendo desenvolvida no centro. A parte rica ficou na zona sul e a mais pobre seguiu a linha de trem. Mas precisamos inverter a lógica, tem história em todos os cantos da cidade”. (ANDRADE, 2019, não paginado).

Segundo o Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), dos 128 museus públicos e privados cadastrados na rede da instituição, 88 estão localizados na zona sul e no centro do Rio. Enquanto, apenas 40 museus se encontram em outras áreas do município, menos de 32% do total. Mas essa concentração, não leva em conta a distribuição demográfica. Os moradores da zona sul e do centro correspondem apenas a 14,78% da população total da capital fluminense, segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). De acordo com os dados do Instituto Pereira Passos, emitidos em 2018, em termos de extensão territorial, essas duas regiões correspondem a cerca de 6,61% da área total do município. Madureira e Campo Grande, por exemplo, que juntos reúnem mais de 1 milhão de habitantes, não sediam museu algum. (ANDRADE, 2019, não paginado).

Após a leitura das informações apresentadas, constata-se a grande dificuldade de acesso da população de áreas distantes da região central da cidade a espaços culturais destinados à história e exposições de patrimônio e acervo cultural. Sob esta inquietação, busquei em minha região de origem, a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, formas de ludibriar estas limitações existentes e focalizar os possíveis potenciais educacionais e culturais dos subúrbios cariocas sob as seguintes perguntas:

- A história da cidade do Rio de Janeiro está restrita à região central da cidade?
- Quais referenciais históricos estão presentes na zona oeste do Rio de Janeiro?
- Estes referenciais tem potencial pedagógico no ensino de História?
- Como podemos perceber os referenciais históricos da zona oeste do Rio de Janeiro na vida cotidiana dos moradores da região?

Baseando-me nestas quatro questões, através de critérios pessoais e de locais alinhados com os questionamentos citados, selecionei três diferentes localidades da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro:

- Realengo, bairro em que cresci e transitei cotidianamente por toda minha vida em diversos pontos históricos ainda existentes, especialmente relacionados com as suas funções militares que remontam aos séculos XIX e XX.
- Bangu, um dos maiores polos comerciais da região, conferindo grande destaque ao

seu atual shopping center, que se destaca na paisagem comercial e residencial do bairro pela sua arquitetura fabril do século XIX.

- Santa Cruz, o bairro mais distante da região central da cidade. Selecionei este bairro após assistir uma interessante palestra do professor Júlio César Medeiros sobre a antiga Fazenda Jesuítica de Santa Cruz e sua transição entre os períodos joanino e imperial da cidade ao longo do século XIX. A região é incrivelmente rica em aspectos históricos que me fascinam e mobilizaram a inclusão do bairro neste conteúdo.

Para ter conhecimento sobre a formação histórica de três dos bairros mais populares da zona oeste do Rio de Janeiro, deve-se levar em conta seu longo período como zona rural da antiga capital, mas também o fato de que, em grande parte nos últimos cento e cinquenta anos, estas localidades vem alterando seu panorama dentro do município.

Gostaria ainda de salientar que este artigo trata especificamente dos três bairros mencionados nos tópicos anteriormente, mas seu cerne é a valorização e a utilização da história regional como campo profícuo para reflexões produzidas em sala de aula. Isso significa que a abordagem aqui proposta, embora focada no estudo destes três bairros, pode inspirar trabalhos e reflexões sobre toda e qualquer localização dos subúrbios não só da cidade do Rio de Janeiro, mas de qualquer região marginalizada nos manuais didáticos e que pode ter as suas histórias apresentadas e aproveitadas para o enriquecimento do estudo e, acima de tudo, desenvolver um olhar cívico, crítico e ao mesmo tempo histórico dos estudantes sobre seu bairro residencial e sua comunidade escolar.

3.1 Terras Realengas ou Real Engenho?

O bairro de Realengo, diferentemente do que se repercute entre seus moradores, não teve seu nome formado pela aglutinação das palavras “real” e “engenho”, mas sim pelo termo “terras realengas” que significa “terras do rei”, vocábulo usado durante o princípio do século XIX para denominar os territórios de domínio da Coroa portuguesa.

Estas áreas vinculavam-se economicamente à Corte que permitia que produtores pecuaristas sem propriedades pudessem cuidar de seus rebanhos bovinos nestas terras para fins de abastecimento de carne para a cidade do Rio de Janeiro, então limitada à atual região central durante o domínio colonial. Seus primórdios ainda estabeleciam esta região como uma zona rural ligada a então freguesia de Campo Grande, povoada por agricultores e pecuaristas

que se dedicavam à criação de gado e cultivo de cana-de-açúcar.

Tais itens eram destinados para o abastecimento da cidade e também para o transporte e comércio externo pelo porto de Guaratiba. A Fazenda Piraquara (que hoje dá nome a uma das principais ruas do bairro e a um córrego poluído) era uma das propriedades mais produtivas da região durante este período, localizada no pé da Floresta do Piraquara. A localidade também ficou conhecida como “Fazenda dos Baratas” após ter sido erguida pelos irmãos portugueses Manoel e João Fernandes Barata.

A principal estrada da região desde os períodos coloniais foi a antiga estrada dos jesuítas (hoje as avenidas Marechal Fontenelle e Santa Cruz), sendo que já em 1720 existia em suas proximidades uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Em 1910, a capela foi reformada para a configuração que mantém até os dias de hoje na praça central do bairro pelo padre Miguel de Santa Maria Mochon, que dá nome ao bairro vizinho: Padre Miguel. Durante a virada do século XIX para o XX, a região de Realengo passou a ser visada para a construção de instalações militares.

Durante o início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passou por intensas transformações sociais e urbanas, empurrando milhares de moradores do centro para as áreas periféricas da cidade devido às famosas reformas urbanísticas, conhecidas como “Bota-Abaixo” do prefeito Pereira Passos (1902 – 1906). Tal fato fez as instalações militares do Centro e de São Cristóvão inapropriadas para os treinamentos e movimentações dos destacamentos militares instalados nas localidades, sendo necessária a transferência destas instalações para áreas menos povoadas e agitadas do que as proximidades do centro da cidade. Dessa forma, diversos quartéis passaram a ser construídos na área de Realengo, que foi facilitada pela presença da estação ferroviária e do ramal ferroviário de Santa Cruz, construída ainda em 1878.

Antes mesmo de tal iniciativa das forças armadas e do governo federal, a região já abrigava a Imperial Academia Militar e a Fábrica de Cartuchos e Artifícios de Guerra (atual Colégio Pedro II de Realengo), constituídas durante o Império. Progressivamente, a localidade sediou outros destacamentos militares, como a Escola de Tiro, o 1º Batalhão de Engenheiros e a Escola Militar de Realengo, transferida para a região após uma tentativa frustrada de golpe militar dos membros da Escola Militar da Praia Vermelha, na Urca, contra o Presidente da República, Rodrigues Alves, durante a Revolta da Vacina, em 1904, a fim de manterem os militares distantes das agitações políticas do centro do Rio.

Além de Realengo, as áreas adjacentes também foram tomadas por quartéis militares, vocação mantida nos nomes e funções dos bairros até os dias de hoje: Marechal Hermes, Deodoro, Base Aérea do Campo dos Afonsos (berço da aeronáutica brasileira), Vila Militar e Magalhães Bastos são exemplos nítidos desta vocação militar.

Sob estas circunstâncias, o bairro de Realengo cresceu e se desenvolveu urbanisticamente ao longo do século XX para atender às suas funções militares juntamente com o comércio regional, principalmente o de colchões, peças de rádio, vestuário e calçados femininos (graças a sua proximidade da Fábrica Bangu). Com a transferência, em 1944, da Escola Militar de Realengo para a atual Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, o bairro passou a não sediar algumas das mais importantes instalações militares da cidade, fazendo parte de seu comércio entrar em decadência.

A partir de 1969, foram construídos diversos conjuntos habitacionais no bairro, a fim de abrigar moradores de baixa renda, militares e operários, sendo os conjuntos mais conhecidos até hoje o conjunto da COHAB, referência do plano de habitação popular BNH e os conjuntos habitacionais do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários), popularmente conhecidos como “coletivos”. Hoje, o bairro é conhecido nacionalmente graças ao verso da composição de Gilberto Gil: “Alô, alô Realengo, aquele abraço”, em referência ao período que permaneceu preso nos quartéis da região durante a ditadura militar.

3.2 Quando a fábrica cria um bairro

A região de Bangu possui o seu nome ligado a duas possíveis hipóteses explicativas: uma é relacionada a antiga presença indígena na localidade. O termo seria uma derivação da palavra tupi “útang-û” que significa “anteparo” ou “barreira negra”, em referência ao maciço da Pedra Branca, que sombreia a parte norte do bairro. A segunda hipótese para o nome Bangu vem de outra derivação, dessa vez, de uma forma rústica de se fabricar macas com bagaços de cana para o transporte de cana-de-açúcar. Esses itens eram feitos pelos escravos dos antigos engenhos locais e eram conhecidos como “banguês”. Desta mesma referência se originaria outra expressão popular: “Fazer à Bangu”, significando “fazer de forma improvisada, de qualquer maneira”.

Segundo o site da Biblioteca Nacional, as terras do bairro de Bangu foram inicialmente propriedade do senhor de engenho Manuel de Barcelos Domingues, adquiridas em 1673 da

freguesia de Campo Grande e transformando-se posteriormente na bem-sucedida Fazenda Bangu. Após pertencer a diversos proprietários, entre eles João Freire Alemão, Ana Francisca de Castro Miranda, Coronel Gregório de Castro Moraes e Souza e seu último dono, Manoel Miguel Martins (Barão de Itacuruçá), a fazenda foi adquirida pela Companhia Progresso Industrial do Brasil. A compra foi uma recomendação do engenheiro Henrique de Morgan Snell, indivíduo que atuou na construção do ramal ferroviário de Santa Cruz e ressaltou o espaço de Bangu como ideal para a construção, em 1889, de uma grande fábrica de tecidos (atual Bangu Shopping) com capital britânico.

A escolha da região, distante do centro da cidade do Rio, se deveu ao fato da área ser próxima à linha ferroviária de Santa Cruz, que distanciava apenas 1 hora de trem do centro da cidade, menos tempo do que as linhas de bondes da Gávea e Tijuca levavam para chegar ao mesmo local. Graças à ferrovia, o envio e recebimento de produção, maquinário, funcionários e matérias-primas era facilitado, além do fato daquela área ser repleta de rios e mananciais, essenciais em vários processos de lavagem da produção fabril.

Com a expansão da produção fabril, foi construído nos arredores um complexo residencial para atender à crescente demanda de funcionários, tanto estrangeiros imigrantes como brasileiros de localidades distantes da fábrica. A formação geográfica do bairro de Bangu foi fortemente influenciada pelas atividades da Fábrica Bangu e por seus operários ao longo da primeira metade do século XX, sendo a própria fábrica e as residências operárias construídas no padrão urbano de Manchester, na Inglaterra. Atualmente destes patrimônios arquitetônicos restaram apenas a própria fábrica, que como anteriormente mencionado transformou-se em um shopping center, e a Igreja de Santa Cecília, na antiga vila operária.

Uma característica marcante sobre a ligação da fábrica de tecidos com a história de Bangu percebe-se no registro das práticas recreativas de seus funcionários. O escocês Thomas Donohoe foi o primeiro operário a trazer, em 1894 (ano da fundação da fábrica), em sua bagagem uma bola de futebol e um par de chuteiras camufladas e apresentá-las aos seus colegas de ofício.

O esporte era em seus primórdios elitista e organizado por ligas de *gentlemen* que frequentemente proibiam a participação de negros nas equipes. Em Bangu, por sua vez, constituiu-se como uma atividade recreativa entre os funcionários da fábrica e, com apoio e incentivo dos administradores, principalmente João Ferrer, foi fundado em 17/04/1904 a equipe Bangu Athletic Club, um dos primeiros clubes de futebol do país e com negros, brancos

pobres e estrangeiros operários em suas fileiras logo em seus primeiros anos.

Regionalmente afirma-se que Bangu é o berço do futebol brasileiro através da iniciativa de Thomas Donohoe. Mesmo não havendo provas documentais sobre tal afirmação, porém, o site oficial do clube atribui para si o feito de possivelmente ter sediado a primeira partida de futebol da história do Brasil. Para o historiador Matheus Mendanha Cruz, mesmo que tal façanha não possa ser oficialmente comprovada, Bangu é certamente importante para a popularização desse esporte no país, devido ao fato dos imigrantes britânicos apresentarem o esporte aos operários brasileiros e torná-lo uma prática popular entre os mesmos, iniciando assim a sua constante propagação pelos subúrbios do Rio de Janeiro e do Brasil.

Com a chegada da segunda metade do século XX, a Fábrica Bangu começou a apresentar sinais de decadência, principalmente a partir da década de 1960, com novas conjunturas econômicas e comerciais remodelando a cidade e o bairro.

Em 1965 foram vendidas as primeiras casas da vila operária e a região crescia também a partir da decisão da Fábrica Bangu de arrendar parte de seu terreno para a construção de novos conjuntos habitacionais, em um projeto em consonância com os interesses do governador do então Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, formando as atuais Vila Kennedy e Vila Aliança. A vila operária, porém, seria completamente vendida em 1973 para a sua transformação no atual Calçadão de Bangu, um grande polo comercial regional que reúne, além de bancos, diversos estabelecimentos comerciais dos mais variados serviços, materializando assim a sobreposição da antiga função fabril do bairro em prol de uma dinâmica mais comercial.

Sob tal tendência, a Fábrica Bangu foi desativada completamente de suas funções em 2003, porém, o prédio original foi remodelado pouco tempo depois e abriga o Bangu Shopping desde 2007, mantendo preservada toda a estrutura externa da antiga fábrica de tecidos, mas com profundas modificações internas para atender à sua nova demanda comercial. Atualmente Bangu é, junto com Campo Grande, um dos maiores polos comerciais da zona oeste do Rio de Janeiro. E reconhecido por características como o intenso fluxo comercial e também por registrar as maiores temperaturas médias da cidade, além de ser um dos bairros com a maior população do município.

3.3 As Terras Jesuíticas/ Reais/ Imperiais e Nacionais de Santa Cruz

Santa Cruz é conhecida atualmente por ser o bairro mais distante da região central do município do Rio de Janeiro, tendo como fronteiras os bairros de Sepetiba, Cosmos, Paciência, Guaratiba e os municípios de Nova Iguaçu, Seropédica e Itaguaí. Devido à distância, a região pode ser acessada com mais rapidez através da Avenida Brasil e do ramal de Santa Cruz da Supervia.

Além da considerável distância do centro da cidade, o bairro de Santa Cruz é extremamente diversificado. É o terceiro bairro mais populoso do município (217.333 habitantes), perdendo apenas para Bangu (249.133 habitantes) e Campo Grande (336.484 habitantes) segundo o levantamento do site Geofusion, mas devido à sua extensão territorial, é um dos menos densamente povoados na cidade. Possui uma rede comercial bem desenvolvida em seu centro, porém, também possui extensas terras dedicadas à agricultura, além do Hospital Estadual Dom Pedro II, referência no Estado para tratamento de queimaduras. O bairro também é sede de importantes alojamentos militares, como o Batalhão Escola de Engenharia e a Base Aérea de Santa Cruz, notória por ainda sediar um dos dois únicos hangares existentes no mundo destinados ao pouso de dirigíveis alemães Zeppelin desde as décadas de 1930 e 1940.

A região também abriga uma grande siderúrgica pertencente à Ternium Brasil, uma das maiores da América Latina na produção de aço (cerca de 5 milhões de toneladas de chapas de aço por ano). A siderúrgica ocupa cerca de 10 milhões de metros quadrados do complexo industrial de Santa Cruz, atuando em cooperação com a Vale do Rio Doce na extração de minérios no Estado de Minas Gerais e transportados para o complexo siderúrgico através de linhas férreas visíveis por toda a região.

Outro fator de destaque no bairro é a sua própria história: sua ocupação colonial é quase tão antiga quanto a presença portuguesa no Rio de Janeiro. Em todos os períodos históricos que o Rio de Janeiro passou ao longo dos séculos, as terras de Santa Cruz sempre tiveram grande importância, seja no abastecimento da cidade, seja como sede oficial das Cortes de Portugal e da Família Imperial no Rio de Janeiro.

O espaço em questão foi oficialmente ocupado em 30 de dezembro de 1556 pelo

fidalgo português Cristovão Monteiro, que teve participação na defesa do território do Rio de Janeiro contra os invasores franceses comandados por Nicolas Durand de Villegagnon à Baía de Guanabara, com o objetivo de fundar a França Antártica em território português. Como recompensa pelos serviços prestados à Coroa de Portugal, Cristovão Monteiro recebeu uma grande sesmaria para a construção de um engenho de açúcar, que se estendia da orla de Sepetiba até Itacuruçá, além do título de ouvidor-mor, um dos mais altos cargos da colônia, na câmara do Rio de Janeiro. Com a morte do ouvidor-mor, em 1589, a sua viúva, Dona Marquesa Ferreira, doou parte das terras de seu marido à Companhia de Jesus e regressou para Portugal.

Os padres inacianos, em 1680, adquiriram o restante das posses de Catarina Monteiro, a última remanescente de Cristovão Monteiro. A partir daí os inacianos fundiram essas terras com as antigas propriedades de Manoel Velloso Espinha, formando um imenso complexo agropastoril, o maior de toda a América portuguesa até então, se estendendo da Freguesia de Sacra Família do Tinguá, em Vassouras; a linha do Curral Falso, contigua à Freguesia de Mangaratiba até o mar, os terrenos de Marabicu, a leste, e as terras de Mangaratiba. Atualmente, estas extensões compreendem o atual bairro de Santa Cruz e partes dos municípios de Vassouras, Barra do Piraí, Itaguaí, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Paulo de Frontim, Piraí, Rio Claro e Volta Redonda.

A fazenda tinha como referência central uma grande cruz de madeira que se erguia em frente à capela construída pelos jesuítas na região, dando o seu nome atual: Santa Cruz. A região tornou-se símbolo da ação dos jesuítas que, desde que chegaram ao continente americano, sempre declaravam a importância da produção de riquezas para a companhia e de arrecadar fundos para as campanhas missionárias direcionadas aos indígenas. E Santa Cruz, que foi a maior fazenda jesuítica da América portuguesa, era evidentemente extremamente importante para os missionários nesse quesito.

A historiadora Sonia Bayão Rodrigues cita que as terras da fazenda de Santa Cruz eram riquíssimas em diversos ramos econômicos: a região possuía terras férteis e bastante extensas para o plantio de quase todos os gêneros agrícolas, como a mandioca, o café, milho, arroz, feijão, algodão e cana-de-açúcar além de vastas matas com madeiras da melhor qualidade para a venda de lenha.

Sonia Bayão Rodrigues também ressalta a relativa facilidade de transporte da produção

rural e acesso da fazenda: distante cerca de dez a treze léguas do caminho do Rio de Janeiro por terra, através do antigo caminho dos jesuítas. A propriedade também poderia ser acessada através da navegação, cuja costa marítima corria paralelamente ao caminho terrestre, tendo acesso através da praia de Sepetiba e através dos dois grandes rios que atravessam as terras de norte a sul, Guandu e Itaguaí.

Estes cursos de água causavam grandes transtornos aos jesuítas durante as temporadas chuvosas na região, transbordando e causando a morte dos rebanhos, destruição de plantações e formando brejos em toda parte. Devido a esse fato, foi construída, em 1752, uma ponte (hoje conhecida como ponte dos jesuítas) sobre o antigo leito do Rio Guandu, usando métodos de tecnologia avançados para a época. A ponte, construída em pedra, areia fina e cal, possuía um engenhoso sistema de comportas em sua base que regulava o fluxo do rio, direcionando a água em direção a canais de irrigação e a encanamentos que seguiam para a sede da fazenda, transformando a região de Santa Cruz em um dos primeiros lugares do Brasil a dispor de água encanada.

Conciliando suas missões evangelizadoras com interesses econômicos, os aldeamentos indígenas formados nas terras pertencentes aos jesuítas auxiliavam também na produção agropastoril da fazenda. Segundo o historiador André Mansur, os indígenas eram escassos nas terras de Santa Cruz já nos séculos XVIII e XIX, devido aos embates entre temiminós, tupinambás, portugueses e franceses no Rio de Janeiro durante os séculos XVI e XVII. Muitas tribos fugiram para a Baía de Sepetiba durante a ocupação da Baía de Guanabara pela colonização portuguesa, mas posteriormente também se afastaram para os sertões mais distantes em fuga do avanço das propriedades rurais e da atuação de bandeirantes, restando então na região apenas os indígenas de aldeamentos jesuíticos instituídos para fins de evangelização.

Os historiadores Carlos Engemann, Cláudia Rodrigues e Marcia Amantino ressaltam a importância de dois aldeamentos existentes: um na região de Pirai e outro conhecido como aldeamento São Francisco Xavier de Itinga e que, segundo artigo de Ana Claudia Souza, seria o marco zero da formação do atual município de Itaguaí.

Ambos os aldeamentos mantinham em funcionamento dois grandes engenhos de açúcar em suas localidades, manejados por indígenas da etnia carijó transferidos para a região de Itacuruçá e Ilha da Marambaia, respectivamente, até chegarem à região de Santa Cruz devido aos constantes ataques de bandeirantes aos aldeamentos. Além do trabalho nos

engenhos de açúcar, os indígenas catequizados auxiliavam também os religiosos na manutenção de estradas e diques, pastoreio e transporte de rebanhos, corte de madeira para produção de lenha e perseguição aos escravos foragidos da fazenda de Santa Cruz.

Porém, a principal renda da fazenda de Santa Cruz durante quase todo o seu período de existência era proveniente da criação de gado, mantendo rebanhos próprios para o consumo dos habitantes e funcionários da propriedade e também para venda externa. Além disso, havia um total de 22 currais espalhados pela propriedade que eram alugados ao preço de 500 réis por cabeça de gado para o tratamento, descanso e engorda de rebanhos inteiros que viam das regiões de Minas Gerais e de São Paulo para abastecerem o mercado do Rio de Janeiro.

Apesar dos indígenas dos aldeamentos missionários fazerem parte da mão de obra da fazenda de Santa Cruz, a principal força existente para o trabalho e manutenção das terras dos jesuítas era semelhante ao restante da colônia: a escravidão negra. Durante um censo produzido em meados de 1818 pela Coroa, a fazenda de Santa Cruz contava com um plantel estimado de 1.641 escravizados de todas as idades. Porém, até neste quesito, Santa Cruz se diferenciava e se destacava frente às outras propriedades vizinhas, possuindo características marcantes de distinção.

A demografia da população escrava de Santa Cruz era bem diferenciada de outros latifúndios brasileiros, pois contava com um grande equilíbrio demográfico entre homens e mulheres, o que indica uma extensa teia familiar consolidada e alto índice de natalidade dentro do plantel da fazenda. Cenário diferente dos outros grandes latifúndios, que tinham uma grande prevalência do sexo masculino em suas demografias escravas.

Essa característica pode ser explicada devido às tradições jesuíticas com seus cativos, que incentivavam o casamento entre seus escravizados como forma de recompensa pelo bom comportamento e obediência à moral religiosa regente na fazenda. Através do matrimônio, os escravizados de Santa Cruz poderiam ter acesso a um grande leque de oportunidades e possibilidades, como uma ligação de compadrio com os clérigos e outros nomes importantes da região, além do direito de terem uma propriedade própria, separada da senzala, dentro das terras da fazenda, onde a família poderia produzir e comercializar de sua própria roça para as propriedades vizinhas.

O casamento ainda dava direito ao casal de receberem dos religiosos uma égua ou gado, iniciando uma propriedade própria dos escravizados. Esta política de socialização estruturada pelos jesuítas consolidou linhagens familiares e de compadrio no plantel de

escravizados e libertos de Santa Cruz, sendo mantido até posteriormente à abolição da escravidão, em 1888, no processo de desmembramento das atividades da fazenda, durante a Primeira República, no início do século XX.

Santa Cruz também se destacava na região pela sua grande autonomia, pois em seus limites contava com grandes currais para aluguel, como visto anteriormente, e uma larga produção de policultura dos mais variados gêneros alimentícios. Além disso, a região dispunha de igreja, engenhos, vasta residência de sobrado, hospedaria para viajantes, escola de rudimentos e catequese para meninos, hospital, cadeia e diversas oficinas de trabalho ministradas pelos inacianos. Estes, por sua vez, selecionavam os filhos dos escravizados de acordo com suas aptidões e talentos para diversos ofícios, como pedreiro, carpintaria, ferreiro, curtidor, músico, serrador, torneiro, oleiro, tecelão, barbeiro, boticário e sapateiro.

Um fato proeminente destes ofícios destinados aos escravizados era o ofício de músico, um dos mais valorizados dentro da fazenda, a qual os inacianos selecionavam apenas homens para formar uma orquestra própria que atuava durante as missas e festividades. Durante os períodos joanino e imperial, a orquestra escrava de Santa Cruz passou a realizar constantes apresentações no Rio de Janeiro, inclusive para as próprias Cortes instaladas na capital.

Em 1759, a partir da ação do secretário de estado português, Marquês de Pombal, e do rei D. José I de Portugal, os jesuítas foram expulsos de todas as possessões portuguesas. Tal fato ocorreu devido aos grandes atritos entre a Companhia de Jesus e as políticas e leis estabelecidas pelo Marques com relação às fronteiras dos territórios espanhóis e portugueses nas Américas. Limites esses estabelecidos pelo Tratado de Madri (1750) e que afetavam diretamente os aldeamentos e colégios jesuíticos existentes nestas fronteiras, além de outras leis contrárias aos interesses da Companhia de Jesus como: leis que permitiam a liberdade dos índios, os casamentos mistos, fim do poder temporal dos jesuítas e obrigatoriedade do ensino do português nas aldeias.

A fazenda jesuítica de Santa Cruz foi então confiscada pela administração régia e se tornou propriedade real. Para ocupar o vazio deixado na administração da propriedade, o vice-rei da colônia nomeava periodicamente interventores para a direção da fazenda. No entanto, a política administrativa progressivamente levou a propriedade à decadência.

Um dos interventores nomeados: Manuel Martins do Couto Reis, afirma em suas memórias escritas como a fazenda de Santa Cruz entrou em declínio devido à péssima administração de sucessivos interventores, que pautavam, muitas vezes, seus interesses e

políticas próprias sobre as orientações régias na direção da propriedade, além da influência de terceiros na progressiva precarização das terras para futuros arrendamentos. Manoel Martins de Couto Reis afirma também que o grande sucesso da propriedade durante a época jesuítica poderia ser explicado em quatro princípios básicos: a boa condução da escravaria, a conservação dos campos, a manutenção das valas e a escolha de matrizes para a criação de gado.

Com a chegada das cortes portuguesas ao Rio de Janeiro em 1808, a fazenda de Santa Cruz passou a ser um local de grande frequência da Família Real portuguesa durante sua estadia no Brasil. A propriedade era utilizada pela realeza como residência oficial de veraneio e passou a se chamar Fazenda Real de Santa Cruz.

O príncipe regente e, posteriormente, rei Dom João VI dividiu as terras da fazenda em diversos lotes para membros das Cortes, amigos e funcionários régios se instalarem na região. Esta divisão segmentou a fazenda em regiões que conhecemos até hoje como: Mangaratiba, Itaguaí, Rio Claro, Piraí, Seropédica, Nova Iguaçu, Vassouras, Paracambi, Mesquita, Queimados, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Mendes, Engenheiro Paulo de Frontim, Japeri, Pinheiral, Valença e Barra do Piraí. Com a emancipação brasileira frente a Portugal, a fazenda passou para os domínios da Família Imperial, sendo renomeada para Fazenda Imperial de Santa Cruz, mantendo seu status de residência oficial, agora no Império.

Com a Proclamação da República, em 1889, a fazenda foi confiscada da Família Imperial e passou a fazer parte do Tesouro Nacional, passando a se chamar Fazenda Nacional de Santa Cruz e, posteriormente, teve seu prédio cedido ao Exército Brasileiro, se tornando o atual Batalhão Escola de Engenharia. E no decorrer da primeira metade do século XX, o bairro de Santa Cruz foi sucessivamente sendo ocupado por imigrantes, especialmente japoneses vindos de Mogi das Cruzes (SP), árabes e italianos que se instalaram em diversos loteamentos.

Já a partir da Era Vargas, o bairro recebeu diversos investimentos e melhorias, como a criação de colônias agrícolas e a realização de reformas sanitárias, além da construção, em 1936, de um hangar para dirigíveis alemães Zeppelin, um dos únicos que existem no mundo atualmente, dentro da Base Aérea de Santa Cruz. O hangar possui 274 metros de comprimento, 58 metros de comprimento e 61 metros de altura, sendo o ponto terminal dos dirigíveis Zeppelins, que faziam a rota Frankfurt – Rio de Janeiro, com escala na cidade de Recife.

Posteriormente no decorrer da segunda metade do século XX, a região recebeu

vultosos investimentos em parques industriais, que caracterizam seu potencial econômico até hoje, através de empresas como a Terminum, Primetals, Valesul, White Martins, Glasurit e a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). Atualmente, Santa Cruz conta com um comércio local bem desenvolvido, boa oferta de escolas para a população e a assistência do Hospital Dom Pedro II para a saúde. Porém, a violência pelo tráfico de entorpecentes em comunidades próximas e a ação de milícias tem sido preocupações constantes na localidade, além da falta de saneamento em algumas áreas e a falta de opções de transportes em determinadas áreas do bairro.

4 INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS

Visto todo o arcabouço teórico e histórico presente neste artigo, que possui como principal foco a elaboração de uma proposta de intervenção pedagógica que possa ser bem-sucedida no que se diz respeito ao uso da história regional em sala de aula, estruturei uma sequência que inclui os estudos históricos locais na grade curricular dos estudantes como forma de complementação e potencialização do conteúdo escolar. Apresento a seguir uma intervenção pedagógica baseada nos temas citados anteriormente.

A proposta se baseia em uma realidade calcada nas escolas particulares e públicas da zona oeste do município do Rio de Janeiro. Neste plano irá se buscar as origens e funções de regiões da zona oeste carioca dentro da dinâmica da formação histórica e urbana do Rio de Janeiro, mas também ressaltar as suas particularidades históricas frente aos bairros vizinhos e que se refletem até hoje nas suas estruturas urbanas e sociais.

Estas escolhas foram baseadas, principalmente, pelo fato da região ser carente de diversos meios eficientes de educação para a maior parte da população. Situação que leva frequentemente os moradores a muitas vezes ressaltar características marcadamente negativas da mesma, sem muitas vezes conhecer a sua própria história, logo, não tendo vínculos positivos de pertencimento ao seu bairro.

O esforço deste trabalho, portanto, é o de trazer uma nova perspectiva de ensino de História através de estratégias analisadas e debatidas nos círculos acadêmicos e pedagógicos existentes no país sobre a importância do ensino de história regional como reforço e aproximação do estudante de seu conteúdo escolar. Sem dúvidas, um universo de conteúdos atraentes e eficientes para os estudantes saberem a relevância de seu aprendizado escolar, não apenas como forma de preparação para um competitivo mercado de trabalho, mas também como formador de cidadãos críticos nos espaços sociais que os rodeiam.

4.1 A Proposta Pedagógica: Qual a História que o subúrbio tem a nos ensinar e acrescentar?

A proposta se baseia em incluir aspectos históricos particulares dos bairros selecionados (Realengo, Bangu e Santa Cruz), podendo ser trabalhados por cada professor de acordo com interesses próprios ou com as opções tomadas a partir de características específicas de seu planejamento. Como exemplo de possibilidades, aponto fatores como a

região em que a escola se localiza, ou o conteúdo escolar de História pré-programado na grade curricular dos estudantes, incentivando os mesmos a pesquisarem e realizarem trabalhos escolares voltados à atuação de seus bairros dentro dos acontecimentos históricos referentes ao Rio de Janeiro em diferentes períodos da nossa História.

Dessa forma, durante a aplicação dos conteúdos escolares regulares/tradicionais se torna possível acrescentar a eles os temas relacionados à história local. E para valorizar este trabalho seria recomendável, por exemplo, buscar organizar junto com a direção escolar uma típica feira cultural de final de ano, onde toda a escola se mobilizaria para receber pais e moradores da comunidade escolar para a exposição de trabalhos desenvolvidos pelos próprios estudantes.

As turmas, orientadas, apresentadas e selecionadas anteriormente durante as aulas sobre a importância da história local dentro dos conteúdos de História, seriam responsáveis por organizarem exposições voltadas para a origem e importância de seus bairros dentro da História do município para a visualização aos visitantes. Dessa forma, a proposta pedagógica não estaria restrita apenas ao espaço da sala de aula, mas também divulgada e amplificada para outro público: os próprios moradores das proximidades da comunidade escolar, expandindo o conhecimento histórico ao ambiente social e familiar dos estudantes, passando a matéria do campo abstrato para o concreto.

As tarefas escolares em questão seriam aplicadas a estudantes do 2º e 3º ano do Ensino Médio, considerando que devido à idade se encontrariam mais aptos a realizarem tarefas mais elaboradas. Porém, tal tarefa poderia ser testada também em estudantes do Ensino Fundamental, a depender da própria turma e do professor orientador da tarefa.

4.2 A Metodologia

Primeiro passo: a apresentação

O primeiro passo de tal iniciativa é, logicamente, a apresentação do conteúdo ao principal público alvo: os estudantes. Enfatizando desde já que os bairros em questão podem ser adequados a diferentes conteúdos escolares e temporalidades históricas.

Podemos usar como exemplos possíveis: análises junto aos estudantes do 2º ano do Ensino Médio sobre as organizações, mobilizações e questões operárias com o crescimento fabril brasileiro durante o fim do Império e início da Primeira República no Rio de Janeiro baseadas na sociabilidade da Fábrica Bangu. Também com os estudantes do 2º ano do Ensino Médio é possível pensar, por exemplo, as questões latifundiárias a partir da atuação de missões jesuíticas junto aos povos indígenas e o uso da mão-de-obra escravizada através da análise da formação e influência da Fazenda Santa Cruz nos sertões do Rio de Janeiro durante o período de exploração colonial. Da mesma forma, é possível discutir o crescimento da importância das forças armadas durante o período republicano através da ampliação das instalações militares em lugares como Realengo e adjacências, pensando agora nos conteúdos obrigatórios do terceiro ano.

A estratégia em questão visa aproximar o conteúdo abordado ao cotidiano dos estudantes, buscando praticidade e criando uma visão mais ampliada do estudante sobre sua comunidade de convivência baseada nas matérias apresentadas em sala de aula. Após este primeiro contato, seria proposto aos mesmos a realização de trabalhos e o estabelecimento de metas específicas dependendo da turma e da matéria.

Segundo passo: as atividades

Estes trabalhos teriam como principal objetivo uma simulação e preparação para as tarefas que virão posteriormente: o primeiro passo seria requisitar aos estudantes trabalhos coletivos para apresentação e análise do docente. Trabalhos estes focados na conciliação da história da formação do bairro escolar junto com os processos históricos presentes na grade curricular.

Esta atividade, além de uma forma de avaliação do conteúdo aplicado, servirá também para observar o nível de assimilação alcançado pelos estudantes, tanto com a matéria curricular como com a proposta da história regional. Os trabalhos seriam subdivididos em questões como a influência religiosa na ocupação da zona oeste da cidade, a formação de latifúndios, aldeamentos indígenas e agrupamentos quilombolas, além de sistemas de produção que moldaram a região, como a produção escravista dos grandes latifúndios e a instalação de áreas fabris e comerciais, como Bangu e Campo Grande, que exercem influência até os dias atuais nestas regiões, além também de questões cotidianas como transporte e locomoção ao longo da história nas áreas já mencionadas.

Os estudantes seriam organizados em arranjos coletivos, vinculados a temas distintos e específicos e avaliados em apresentações de grupos com até cinco estudantes, valendo pontuação como forma de incentivo adicional. Na sequência, apresento três exemplos de planos de aula, idealizados para cada um dos níveis do Ensino Médio e contemplando exemplos para os três bairros selecionados nesta proposta de sequência didática.

Primeiro plano de aula:

Título: Em busca da fé, as relações entre missões jesuíticas e povos indígenas nos sertões do Rio de Janeiro colonial.

Turma: 2º ano do Ensino Médio.

Objetivos: Apresentar aos estudantes do segundo ano do Ensino Médio uma perspectiva local do conteúdo histórico escolar, analisando os primeiros núcleos coloniais, estruturas sociais, comunidades indígenas e sua interação com os colonos portugueses e as missões jesuíticas da Companhia de Jesus.

Conteúdos: colonização portuguesa, povos indígenas, Companhia de Jesus, missões jesuíticas, sertões do Rio de Janeiro.

Duração: 2 dias de aulas com dois tempos de 45 minutos cada.

Recursos: quadro, caneta, material didático, fontes históricas escritas e DataShow.

Metodologia: As aulas serão divididas da seguinte maneira: a primeira, com dois tempos de duração, será focada em apresentar o tema aos estudantes. O conteúdo a ser estudado será o início da colonização das terras brasileiras por parte dos portugueses e, principalmente, as missões jesuíticas da Companhia de Jesus com um especial enfoque às primeiras formas de atuação dos missionários da Companhia.

O objetivo da proposta é construir um foco mais regional, enfatizando as populações indígenas que ocupavam a região da atual cidade do Rio de Janeiro, em especial a região de Santa Cruz e proximidades, onde se instalaram as missões jesuíticas de Santa Cruz com fins de ocupação da área pela Companhia de Jesus e a catequização das populações indígenas dos sertões cariocas.

Segundo plano de aula:

Título: A indústria chega ao Brasil, a Fábrica Bangu e a mecanização da Zona Oeste carioca.

Turma: 2º ano do Ensino Médio.

Objetivos: Apresentar aos estudantes do segundo ano do Ensino Médio a chegada das tecnologias industriais em solo brasileiro, tendo como uma das principais figuras a imagem do Barão de Mauá, mas com enfoque especial nos investimentos da Companhia Industrial do Brasil para a construção da Fábrica de Tecidos Bangu, uma das primeiras fábricas da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, inovando e modificando as estruturas trabalhistas da região no período.

Conteúdos: Industrialização, organização e produção fabril, relações de trabalho.

Duração: 2 dias de aulas com dois tempos de 45 minutos cada.

Recursos: quadro, caneta, material didático, fontes históricas escritas e DataShow.

Metodologia: Mantendo a perspectiva norteadora do projeto, nesta proposta se buscará apresentar um enfoque mais regional ao conteúdo curricular obrigatório de História, neste caso, o relativo à segunda revolução industrial do século XIX e suas influências no cenário brasileiro.

Neste caso específico, será de grande importância a abordagem das consequências regionais e históricas da instalação da Fábrica de Tecidos Bangu para a organização da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, buscando abordar as mudanças ocasionadas por sua instalação na região e as então novas relações de trabalho entre classe operária e patronato, em um contexto de urbanização de uma região ainda bem ruralizada na época.

Terceiro plano de aula:

Título: Um novo poder no jogo republicano, a atuação política do exército brasileiro na primeira metade do século XX.

Turma: 3º ano do Ensino Médio.

Objetivos: Apresentar aos estudantes do terceiro ano do Ensino Médio as atuações do exército brasileiro dentro do campo político, espaço este do qual muitos militares participaram de forma ativa, desde as últimas décadas do Império até o decorrer do regime republicano no século XX.

Conteúdos: Positivismo, República, militarismo, revoltas, apoios e resistências militares dentro da política e eleições protagonizadas por militares.

Duração: 2 dias de aulas com dois tempos de 45 minutos cada.

Recursos: quadro, caneta, material didático, fontes históricas escritas e DataShow.

Metodologia: Será apresentado aos estudantes nestas aulas as atuações e influências, principalmente do exército brasileiro, dentro do cenário político para atingirem seus interesses de classe. Enfatizando, por exemplo, que as forças armadas tiveram grande importância na decadência do Império brasileiro ao terem seus interesses subestimados e, da mesma forma, na crise da Primeira República ao longo dos anos 20 do século XX.

Durante estes períodos, vários eventos de destaque foram protagonizados pelas forças armadas em confronto com as classes políticas. Eventos como a Revolta da Armada, os 18 do forte de Copacabana, tenentismo, entre outros, demonstram que os militares mostraram sua influência dentro da política enquanto consolidavam sua força em projetos como a ampliação, autorizada pelo governo federal, das instalações militares para a zona oeste do Rio de Janeiro, a fim de ampliar as capacidades e mobilidades para treinamentos das forças armadas. Processo este que permite aproximar a história militar do bairro de Realengo e adjacências com o conteúdo escolar relacionado à Primeira República.

Terceiro passo: o desenvolvimento

Após a apresentação do tema, se utilizando de meios mais tradicionais, como material didático, quadro, caneta e DataShow, será proposto aos estudantes de cada turma a divisão em cinco grupos numericamente equivalentes para uma apresentação coletiva do conteúdo apresentado. Após as divisões efetuadas entre os estudantes, serão propostos os seguintes temas para a abordagem dos grupos:

Primeiro plano de apresentação:

- A formação da sociedade luso-brasileira colonial.
- As populações indígenas do Rio de Janeiro do século XVI.
- A influência religiosa e interesse político do catolicismo sobre as populações indígenas.
- Os inacianos e a Companhia de Jesus nas terras de Santa Cruz.
- Os embates entre os interesses indígenas, inacianos e de outros colonos na sociedade colonial.

Segundo plano de apresentação:

- As revoluções industriais pelo mundo.
- Barão de Mauá e seu pioneirismo industrial no Brasil.
- A indústria brasileira durante o Império e a Primeira República.
- A transição e cooperação entre indústria e agronegócio no Brasil.
- A Fábrica Bangu e seu legado na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Terceiro plano de apresentação:

- A influência política do exército pós Guerra do Paraguai.
- O golpe militar de 15 de novembro, os militares no poder.
- Os interesses e revoltas militares durante a Primeira República.
- Um novo golpe: a revolução de 1930.
- As heranças militares na dinâmica da zona oeste do Rio de Janeiro.

Na sequência da distribuição dos temas citados, será proposto aos estudantes o desenvolvimento dos assuntos em uma apresentação coletiva, valendo pontuação como incentivo, durante a aula da semana seguinte. Esta também com dois tempos de 45 minutos cada, estendendo para próximas aulas caso necessário. As apresentações deverão sintetizar e simplificar os conteúdos apresentados na aula anterior, além de, se possível, trazer aspectos da zona oeste do Rio de Janeiro relacionados aos tópicos selecionados.

Ao final da apresentação de cada grupo, será aberta uma rodada de no máximo 5 minutos para possíveis posturas ou dúvidas da turma com as apresentações de cada grupo.

Avaliação: A avaliação será feita durante as apresentações da turma, observando e analisando o nível de assimilação do conteúdo proposto, desenvoltura e domínio do tema abordado na apresentação.

Diante da estratégia de trabalhar e refletir sobre questões locais aos quais os estudantes estão familiarizados, se buscará complementar o conteúdo com o uso principalmente de fotografias. Estes materiais, selecionados previamente pelo professor, serão usados para retratarem diferentes momentos da formação dos bairros em questão.

Além da pretensão de sensibilizar os estudantes perante as transformações causadas ao longo do tempo nas áreas em que vivem, as fotografias serão utilizadas como apresentação à análise de fontes históricas, dando aos mesmos a noção de tempo, sociedade e espaço, além de incentivar o processo de análise de fontes de época, interpretação e formas de manejo para fins educacionais e de preservação de memória.

4.3 A feira pedagógica escolar

Após este processo seria proposto aos estudantes as tarefas de organização e preparação para a feira cultural da escola, com as divisões de grupos mantidas ou remanejadas dependendo das circunstâncias do trabalho. Caberia ao professor a orientação e a organização dos grupos sob sua responsabilidade, desde os temas, formas de abordagem até a organização das salas de exposição, sob as devidas sugestões dos estudantes.

No dia da exposição cultural, os estudantes repetiriam as atividades ministradas em sala de aula tempos antes, porém, com a presença agora de seus parentes e moradores das redondezas da escola. Os grupos deverão apresentar seus trabalhos referentes aos aspectos

históricos de sua localidade ao seu bairro e região, repassando conhecimentos adquiridos na escola aos visitantes e parentes, tornando o trabalho escolar um projeto de divulgação da história regional para o mais amplo público possível dentro da atividade em questão. Abaixo, apresento três exemplos de propostas de exposição, uma para cada série do Ensino Médio e representando cada um dos bairros incluídos na elaboração desta sequência pedagógica.

Plano de exposição 1

Título: Aliados e inimigos esquecidos: os indígenas do Rio de Janeiro colonial.

Turma: 2º ano do Ensino Médio.

Objetivos: Apresentar ao público visitante a heterogeneidade entre as populações indígenas do Rio de Janeiro do século XVI, além de suas rivalidades e alianças com os colonos portugueses, dentre eles os jesuítas de Santa Cruz.

Conteúdos: Colonização, povos indígenas, missões jesuíticas, guerras e alianças entre colonos e indígenas.

Atuação: O grupo direcionado para a condução deste tema deverá apresentar aos visitantes da exposição escolar a atuação e influência dos povos indígenas na ocupação e organização colonial do Rio de Janeiro. Deverão ser abordadas as principais etnias indígenas que habitavam as terras antes da chegada de portugueses e franceses na Baía de Guanabara, como os tamoios e tupinambás, suas relações com os colonizadores e sua importância nos primeiros anos após a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Poderão se utilizar como meios pedagógicos trechos audiovisuais como a exposição do filme “Vermelho Brasil”, que narra a história de um casal de franceses no início da ocupação do Rio de Janeiro por franceses buscando sua consolidação nas colônias portuguesas ou o curta-metragem “Guerras do Brasil – Guerras de conquista” que aborda especificamente a relação entre indígenas e colonizadores na Baía de Guanabara no século XVI, além de pontuarem as missões jesuíticas de Santa Cruz, que influenciaram na inserção dos indígenas regionais ao padrão social-econômico colonizador da América portuguesa.

Plano de exposição 2

Título: Bangu – da fábrica ao campo de futebol.

Turma: 2º ano do Ensino Médio.

Objetivos: Apresentar aos visitantes do estande de exposição a História do bairro de Bangu, desde seus primórdios como uma bem sucedida fazenda de cana-de-açúcar ao seu crescimento urbano calcado pela construção da Fábrica de Tecidos Bangu e pelo seu desenvolvimento como polo comercial da região, além de sua grande trajetória na História do futebol carioca em seus primórdios.

Conteúdos: Futebol, indústria, operariado e patronato, urbanização e comércio.

Atuação: O grupo direcionado para a condução deste tema deverá apresentar aos visitantes da exposição escolar a trajetória da formação do bairro de Bangu, iniciando pelas curiosidades relacionadas ao seu nome. Afinal, a nomenclatura é baseada em sua origem indígena ou uma expressão de trabalho no engenho?

Seguindo a trajetória da história do bairro, se abordará a grande importância da construção da Fábrica de Tecidos Bangu na modelagem da região, iniciando seu processo de urbanização e destaque dentro do cenário econômico esportivo da cidade com a também criação do clube de futebol do bairro, usado como forma de propaganda e lazer para os funcionários da fábrica.

Ao final, se abordará o panorama atual de Bangu como um forte polo comercial da zona oeste do Rio de Janeiro, reconfigurando a sua função fabril do início do século XX para uma região fortemente comercial, tendo como principal simbologia desse novo período a transformação da antiga fábrica de tecidos em um shopping center.

Plano de exposição 3

Título: Espaço para marchar, o exército brasileiro e sua influência na ocupação do bairro de Realengo.

Turma: 3º ano do Ensino Médio.

Objetivos: Apresentar aos visitantes do estande de exposição a história do bairro de Realengo, principalmente a sua função militar presente em diversas localidades, de quartéis aos nomes das ruas.

Conteúdos: Militarismo.

Atuação: O grupo direcionado para a condução deste tema deverá apresentar aos visitantes da exposição escolar a trajetória das forças armadas, principalmente o exército brasileiro, na ocupação da zona oeste do Rio de Janeiro, em especial o bairro de Realengo.

Devem ser apresentados os primórdios rurais do bairro, herança que carrega até hoje em seu nome. Após esta introdução, se apresentará os interesses das forças armadas em ocupar a região com suas instalações militares, tanto pela necessidade de espaço para treinamentos militares como pela sua influência dentro da esfera republicana durante as décadas do século XX.

Devido a estas especificidades históricas, Realengo e adjacências se tornaram importantes polos militares da cidade. Importância esta percebida em suas dinâmicas espaciais (com diversos quartéis em seu perímetro), residenciais (diversos de seus moradores são membros das forças armadas) e educacionais (com uma grande concentração de colégios e cursos preparatórios focados em concursos de ingresso militar) e na discreta crítica da música “Aquele abraço” de autoria de Gilberto Gil durante a ditadura civil-militar que tornou o bairro famoso nacionalmente.

Avaliação: A avaliação será definida através do empenho e desempenho demonstrado pelos estudantes em suas tarefas, propagando a mensagem sugerida aos visitantes da feira pedagógica escolar e entre os próprios estudantes da instituição. Não meramente uma busca por uma boa pontuação no boletim escolar, este projeto buscará desenvolver uma percepção histórica dos estudantes sobre atores quase sempre omissos ou pouco presentes no imaginário social brasileiro, desenvolvendo essa percepção e perpetuando a mesma dentro de sua comunidade de convivência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após apresentar argumentos e referências históricas e pedagógicas para a tese deste texto, retorno novamente aos quatro tópicos iniciais formulados por mim que direcionaram esta pesquisa em todo o seu desenvolvimento:

- A história da cidade do Rio de Janeiro está restrita à região central da cidade?
- Quais referenciais históricos estão presentes na zona oeste do Rio de Janeiro?
- Estes referenciais tem potencial pedagógico no ensino de História?
- Como podemos perceber os referenciais históricos da zona oeste do Rio de Janeiro na vida cotidiana dos moradores da região?

Sob estas perspectivas, pode-se perceber que, apesar das constantes mudanças que a sociedade brasileira passou ao longo de toda a sua história, muitos mecanismos segregadores permanecem em nossa estratificação social. Tais situações podem ser notadas em variáveis como o acesso a aparelhos e programações culturais, sendo muito mais facilmente frequentados, incentivados e acessados por pessoas com confortáveis condições sociais e de renda. No entanto, ao mesmo tempo tais possibilidades encontram-se muitas vezes afastadas, possuem difícil acesso ou estão distantes da realidade para as camadas mais pobres da população e periféricas em geral que desejem acessar os mesmos espaços.

Enquanto parcelas reduzidas da população buscam e tem facilidade de acesso a aparelhos culturais que constituem, inclusive, aspecto importante no exercício da cidadania, boa parte dos indivíduos se encontram limitados ao cotidiano do trabalho e do transporte público, morando em localidades distantes ou esquecidas pelo poder público e com poucas opções de lazer e, as vezes, com poucos referenciais positivos de sua própria região de moradia.

No decorrer desta análise sobre a evolução da percepção sobre a importância do ensino de História desde a redemocratização do Brasil, da dinamização e relevância dos conteúdos de História, possibilitadas pela inclusão da história regional como ferramenta pedagógica e, ainda, do exercício de proposição de atividades de pesquisa sobre as formações sociais e históricas dos bairros de Realengo, Bangu e Santa Cruz, pode-se perceber a grande utilidade de expandir os conteúdos escolares para fora da grade curricular tradicional. Pode-se, assim, trazer a comunidade e o cotidiano do subúrbio para dentro da matéria escolar, tornando-a

muito mais concreta e imediata para seus moradores, tendo logo maior impacto tanto no aprendizado escolar como na formação do cidadão.

Dessa forma, introduzir a história dos subúrbios retira o monopólio das clássicas e conhecidas personalidades históricas, invertendo a direção do olhar dos estudantes, dando também destaque ao povo, segmento social ao qual se identificam e pertencem, analisando suas atitudes e contribuições para os eventos históricos e a estruturação de regiões inteiras, expandindo também os conceitos de patrimônio e memória histórica para essas regiões.

No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, a lógica de exclusão de acesso à cultura histórica passa justamente pela concentração de museus e patrimônios históricos. Estes estão quase todos concentrados nas regiões central e sul da cidade, enquanto que os remanescentes, que ainda existem nas zonas norte, oeste e Baixada Fluminense encontram-se em sua maioria abandonados e em ruínas.

A valorização e preservação de tais patrimônios históricos seriam extremamente importantes no que diz respeito à identidade local de seus cidadãos, sendo resquícios de temporalidades passadas e de atividades essenciais que levaram à formação da conjuntura atual do bairro. Exemplos como a Fábrica Bangu e a antiga sede jesuítica da fazenda Santa Cruz, ambos com funcionalidades diferentes das originais, mas que se mantêm preservados frente à modernidade e que servem como referenciais no que se diz respeito a história de seus respectivos bairros. Infelizmente, o ensino e aprendizado de História geralmente são menosprezados frente às novidades do presente e, como visto em diversas ocasiões ao longo de nossa história, o Brasil é um país que, historicamente, prioriza “modernizar-se” à preservar seus patrimônios históricos para as gerações futuras. Lógica esta que, infelizmente, acaba destruindo muitos patrimônios históricos para a construção de novos espaços mais dinâmicos para a sociedade capitalista, apagando muitos referenciais do passado em nossa cidade.

Preservar os patrimônios históricos ainda existentes nesta cidade e no país, frente às circunstâncias mencionadas acima, se torna uma tarefa realmente árdua e desafiadora, mas que pode ser alcançada em parte pelo incentivo à educação e ao exercício da cidadania, pela identificação e manutenção do espaço de vivência e convivência dos bairros cariocas. Espaços estes com histórias em cada praça, em cada esquina ou avenida. Histórias que desaparecem das narrativas oficiais, mas que se perpetuam na memória e fala coletiva de seus moradores. Histórias de suburbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Vinicius. “**Distância é o principal desafio no acesso à cultura**” diz estudante. R7.com. Rio de Janeiro. 18/09/2019. não paginado. Disponível em <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/distancia-e-o-principal-desafio-no-acesso-a-cultura-diz-estudante-18092019>. Acesso em: 16/03/2020.

ARAÚJO, Carla. **Realengo: educação e cultura na Zona Oeste**. Multirio, a mídia educativa da cidade, 2015. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/3089-realengo-educa%C3%A7%C3%A3o-e-cultura-na-zona-oeste>, Acesso em 11/09/2020.

BANGU ATLÉTICO CLUBE. Site oficial. **Suas Histórias e glórias**. Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.bangu-ac.com.br/bangu/sua-historia/>. Acesso em 11/03/2020.

BIBLIOTECA NACIONAL. Rio 450 anos – **Bairros do Rio – Bangu**. Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.bn.gov.br/es/node/520>. Acesso em 11/03/2020.

BORGES, Luiz Carlos. A importância do estudo da História regional e local no ensino fundamental. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: PODER, CULTURA E DIVERSIDADE, 3., 2015, Cruz das Almas, BA. **Anais [...]**.Cruz das Almas: FAMAM (Faculdade Maria Milza), 2015. p 1 – 5.

_____. **A importância do estudo de História regional e local na educação básica**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIALOGO SOCIAL, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p 1 – 10.

CRUZ, Matheus Medanha. A Fábrica Bangu: um olhar sobre a História do Brasil através do local. **Temporalidades – Revista de História**, Ponta Grossa, v. 9, n. 3, p. 302 – 319, 2018.

ENGEMANN, Carlos; RODRIGUES, Cláudia; AMANTINO, Marcia. Os jesuítas e a Ilustração na administração de Manuel Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804). **História Unisinos**. São Leopoldo. v 13, n 3, p 241 – 252, 2009.

ENGEMANN, Carlos. Mais do que dando nomes aos bois: nomes e sobrenomes na fazenda de Santa Cruz (RJ, 1759-1817). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. p 1 – 14.

ENGEMANN, Carlos. Os escravos do Estado e o estado de seus escravos: o caso da Real Fazenda de Santa Cruz (1790 – 1820). **Caderno de Ciências Humanas – Especiaría**, Florianópolis, v. 10, n. 18. p 591 – 622, 2007.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um Lugar na Escola para a História Local. **Ensino em Revista**, Recife, ANPUH, v 4, n 1, p 5 - 45, 1995.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma História do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Editora Unesp, 2014. v 1. p. 22 – 64.

FRÓES, José N. S. **Terras Realengas**. CIEZO, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://saibahistoria.blogspot.com/2019/11/a-fazenda-dos-barata.html>. Acesso em 17/04/2021.

GEOFUSION. **Mar de gente: veja os dez bairros com maior população do Brasil**. Janaina Rehder. Disponível em <https://blog.geofusion.com.br/mar-de-gente-veja-os-10-bairros-com-maior-popula%C3%A7%C3%A3o-no-brasil>. Acesso em 25/04/2020.

GOMES, Angela Maria de Castro, **República em migalhas: História regional e local**, 1990, Marco Zero/ Ampuh, São Paulo, 1990, p 210 – 213.

GOMES, Claudius Gomes de Aragão, Escola Militar: um estudo sobre memória e patrimônio urbano. 2009. **Revista Mosaico** - Programa de Pós-graduação em História, política e bens culturais, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v 1, n° 2, p 39 – 55, 2009.

JUNIOR, Santos. Quando a fábrica cria um clube: o processo de organização do Bangu Athletic Club (1910). **Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, UFRJ, v 6, n° 1, p 1 – 19, janeiro-junho de 2013.

MEDEIROS, Júlio César. **Trabalho, folga e cuidados terapêuticos: a sociabilidade escrava na imperial fazenda de Santa Cruz, na segunda metade do século XIX**. Curitiba. Editora Prismas, 2016, v 1, p 141 – 195.

MORAES, Edite. **Os donos da fazenda de Santa Cruz: uma breve história fundiária**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: UNB, 2017. p. 1 – 22.

NEVES, Evaristo Fagundes, **História Regional e Local: Fragmentação e Recomposição da História na Crise da Modernidade**. Feira de Santana: Editora Arcádia, UEFS, 2002. v 1.

PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. Ensinar História local e regional no ensino médio: experiências e desafios. **História e ensino**, Londrina, v. 13, p. 107 – 126, 2007.

SÁ, Carla Cristiane Vidal, **Bangu, a identidade perdida? Memórias, heranças, valores e mudanças**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Planejamento Urbano) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p 1 – 39.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v 9, n 19, p 219-242, 1990.

SOUZA, Ana Cláudia. **As aldeias de São Francisco Xavier e as reformas pombalinas. Mudanças e conflitos para preservação de terras indígenas. Identidade indígena – destruída ou recriada?**, Seropédica, RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [2009?], p 1 – 7.

TORRES, Fernando. **Práticas fotográficas e memória: a Fábrica Bangu**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA, 13., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpuh, 2008. p 1 – 8.

VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. A fazenda de Santa Cruz e a crise do sistema colonial (1790-1815). **Revista de História da USP**, São Paulo, v 49, n 99, p 61 – 96, publicada em 18/09/1974. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132579>. Acesso em 06/04/2020.

UNIVESP TV. Cursos livres – **História do Brasil – Jesuítas**. SIMÕES, Clayton, LOJUDICE, Gustavo. Lisboa, Univesp, 2012, 54:29 min. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1jEF1jqcJz0&list=PLFBBB07C6B65ECE3E&index=5>. Acesso em 07/02/2020.

Imagem 1: Fotografia da Paróquia Nossa Senhora da Conceição em 26/06/1930, um dos marcos iniciais da região de Realengo



Fonte: www.pinterest.com.br. Disponível em:
<https://br.pinterest.com/pin/545428204847812885/>

Imagem 2: Vista da Avenida Santa Cruz (Realengo). Fotografia sem data



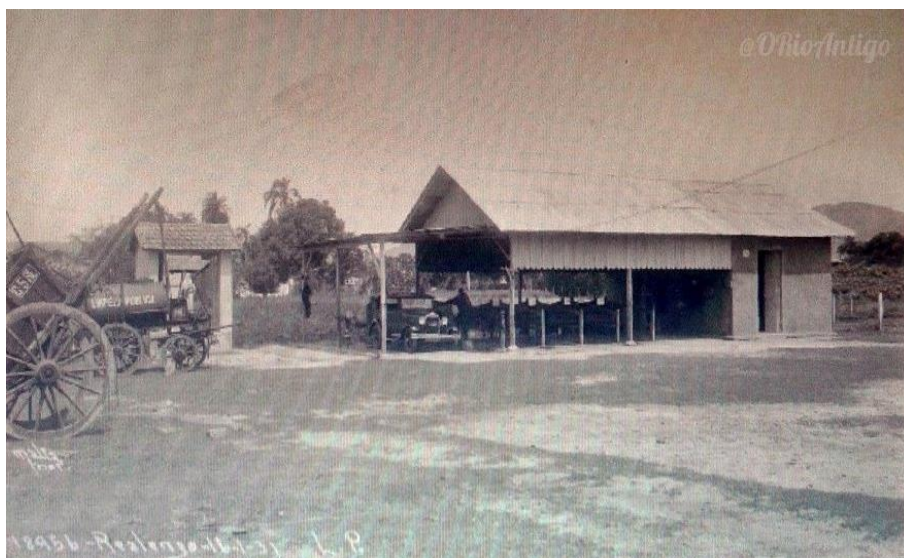
Fonte: zonoesteneews.com.br. Disponível em:
<https://www.zonoesteneews.com.br/2015/09/realengo-completa-200-anos-em-novembro-e-o-pro-realengo-conta-um-pouco-da-historia-deste-bairro-da-zona-oeste/>

Imagem 3: Fotografia do Grêmio Esportivo de Realengo, com anúncios de show do cantor Roberto Carlos em 25/02/1978



Fonte: Historiaderealengo.blog.br. Disponível em: <http://historia-de-realengo.blogspot.com/2011/11/o-rei-roberto-carlos-em-terras.html>

Imagem 4: Sede da Limpeza Pública do bairro de Realengo, 1931



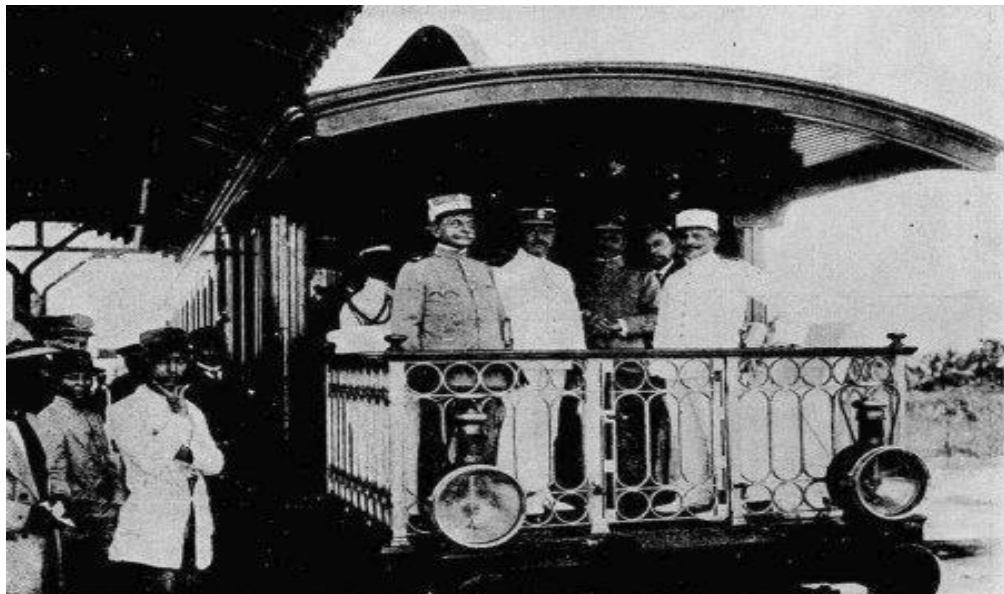
Fonte: Augusto Malta/ O Rio Antigo/ Twinter. Disponível em: <https://twitter.com/orioantigo/status/1206771955447345152>

Imagem 5: Estação ferroviária do Realengo, datada de 1908. Foto cedida por Marco Giffoni



Fonte: Estações ferroviárias do Brasil. Disponível em:
http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_mangaratiba/realengo.htm

Imagem 6: "Photographia tirada na estação do Realengo, quando já se achavam no carro reservado do trem especial da Estrada de Ferro Central do Brasil o Sr. Marechal Hermes" (Revista da Semana, 15/1/1922)



Fonte: Estações ferroviárias do Brasil. Disponível em:
http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_mangaratiba/realengo.htm

Imagem 7: Estação ferroviária do Realengo, foto atual



Fonte: Estações ferroviárias do Brasil. Disponível em:
http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_mangaratiba/realengo.htm

Imagem 8: Dirigível Zeppelin no campo de tiro do Realengo (1894)



No Campo de Tiro do Realengo, no Rio de Janeiro, era em 1894 testado o *Bartholomeu de Gusmão*

Foto: Musée de L'Air Le Bourget

Fonte: historiaderealengo.blog.br. Disponível em: <http://historia-de-realengo.blogspot.com/2009/11/>

Imagem 9: Escola Militar do Realengo em 1932, outro importante referencial histórico e regional do bairro



Fonte: Centro de memórias de Realengo. Disponível em:
http://memoriasderealengo.blogspot.com/2010/04/conheca-historia-do-bairro_26.html

Imagem 10: Realengo, sem especificação de localidade, 1923



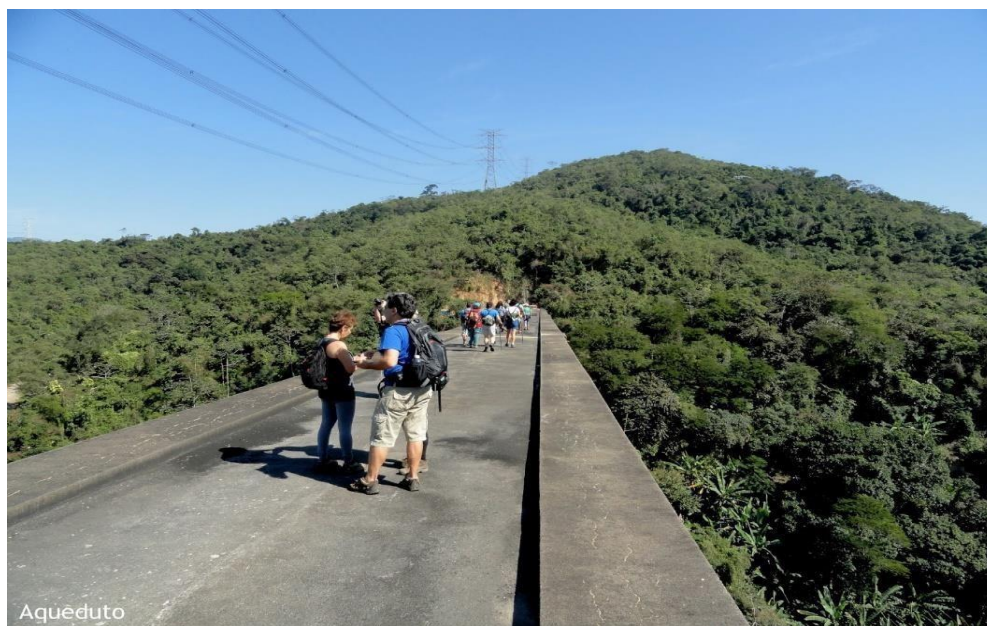
Fonte: O Rio Antigo/ Twitter. Disponível em:
<https://twitter.com/orioantigo/status/1217502784049897472?lang=fa>

Imagem 11: Conjunto residencial operário de Realengo, atual coletivo, década de 1940



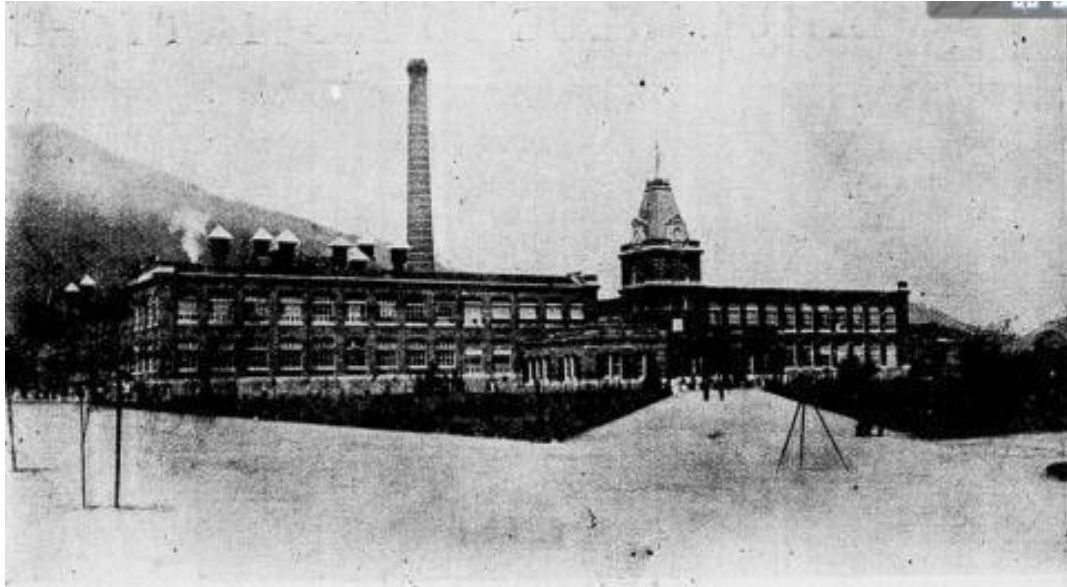
Fonte: Simpósio Temático: Industrialização e planejamento: a produção e a distribuição social da arquitetura contemporânea. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/67/67-273-1-SP.pdf>

Imagem 12: Arqueduto do Catonho, no Parque Estadual da Pedra Branca em Realengo



Fonte: Perambulando na trilha. Disponível em: <http://perambulandonatrilha.blogspot.com/2013/08/circuito-catonhoaquedutomorro-da-caixa.html>

Imagem 13: Vista panorâmica da Fábrica de Tecidos Bangu (11/11/1906)



Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2015/05/rio-450-anos-bairros-rio-bangu>

Imagem 14: O antigo campo de futebol da Fábrica Bangu, um dos berços da prática esportiva em terras brasileiras



Fonte: Diário do Rio. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-da-fabrica-de-tecidos-de-bangu/>

Imagem 15: Carnaval do Cordão da Bola Preta na então Rua Ferrer (Atual Cônego de Vasconcelos) em 1939



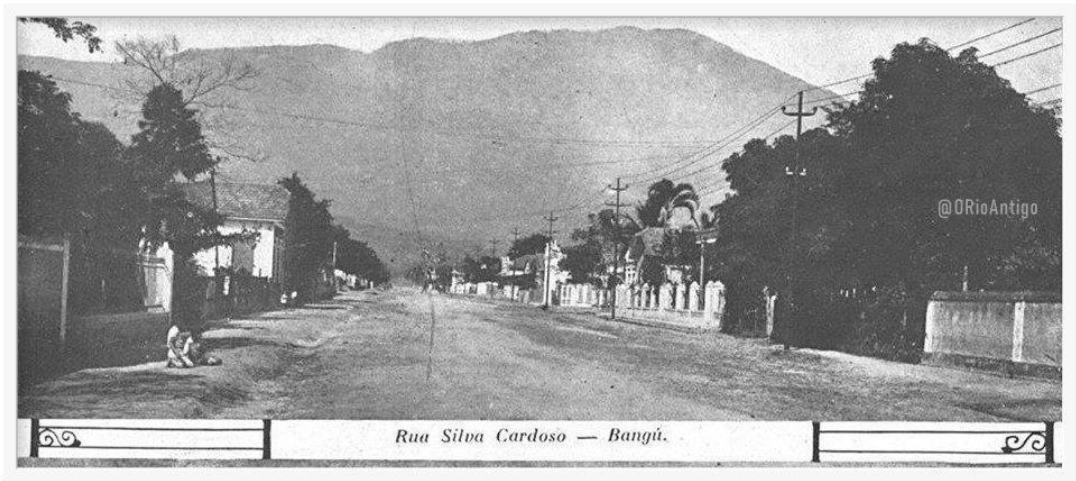
Fonte: Blog aquele abraço. Disponível em:
<https://aqueleabracoblog.wordpress.com/2016/11/04/o-largo-dos-banguenses-de-bangu-50-graus/>

Imagem 16: Paróquia São Sebastião e Santa Cecília em Bangu, década de 1960



Fonte: Pinterest. Disponível em:
<https://br.pinterest.com/pin/432978951656480423/>

Imagem 17: Rua Silva Cardoso, Bangu, 1933



Fonte: O Rio Antigo/ Twitter. Disponível em:
<https://twitter.com/orioantigo/status/1021451900544258053>

Imagem 18: Praça da Fé, em Bangu 1958



Fonte: Um Rio de outros tempos/ Facebook. Disponível em:
<https://www.facebook.com/umriodeoutrostempos/photos/rua-c%C3%B4nego-de-vasconcelos-em-bangu-no-in%C3%ADcio-do-seculo-20essas-eram-as-casas-que/215840530777262/>

Imagem 19: Desenho da sede da Fazenda Jesuítica de Santa Cruz no fim do século XVIII



Fonte: Wikipédia. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Fazenda_Imperial_de_Santa_Cruz

Imagem 20: Batalhão Escola de Engenharia do Exército Brasileiro, Santa Cruz, foto atual



Fonte: Jornal Extra. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/zona-oeste/santa-cruz-sede-de-verao-do-governo-imperial-guarda-bens-luta-para-preservar-sua-memoria-4128783.html>

Imagem 21: Fotografia atual da Ponte dos Jesuítas, em Santa Cruz



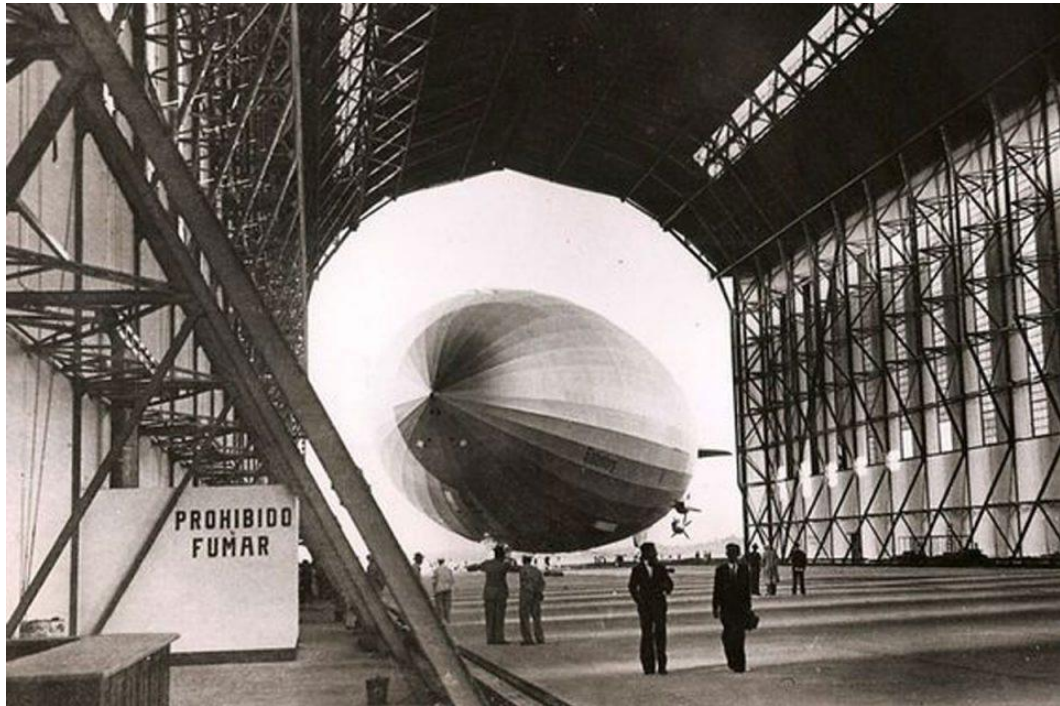
Fonte: Wikipédia. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte_do_Guandu

Imagem 22: Fotografia atual do Palacete Princesa Isabel, antigo matadouro de Santa Cruz



Fonte: Wikipédia. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Palacete_Princesa_Isabel

Imagem 23: Fotografia do hangar Zeppelin, na base aérea de Santa Cruz



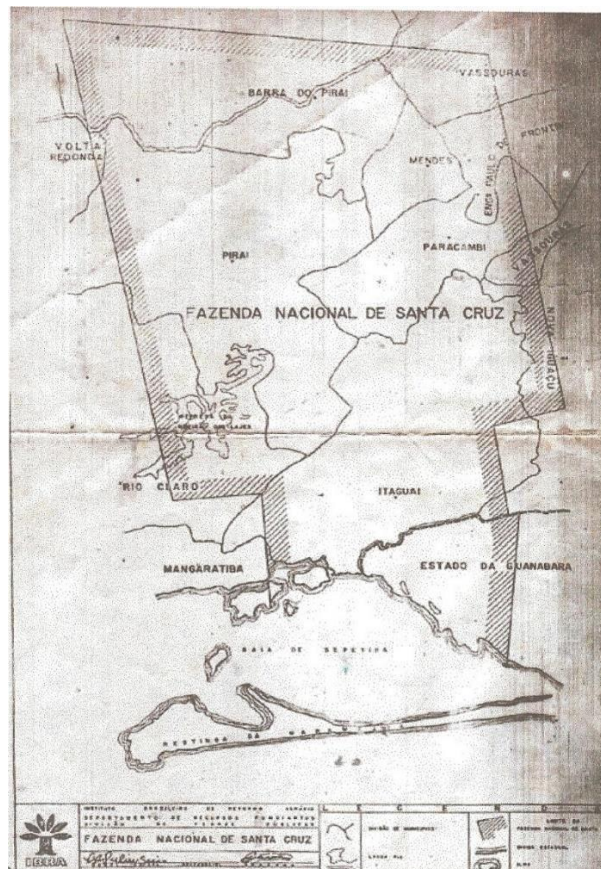
Fonte: Airway. Disponível em: <https://www.airway.com.br/hangar-do-zeppelin-no-rio-de-janeiro-completa-80-anos/>

Imagem 24: Fotografia atual do Hangar Zeppelin, na Base Aérea de Santa Cruz



Fonte: Jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/hangar-do-zeppelin-faz-80-anos-em-grande-forma-20495828>

Imagem 25: Mapa dos territórios pertencentes a Fazenda Nacional de Santa Cruz em meados do século XX



Fonte: Saiba História. Disponível em:
https://saibahistoria.blogspot.com/2018/02/mapa-da-fazenda-de-santa-cruz_23.html